

Nome:

Documento de identidade:

Inscrição:

Local de prova:

Sala:

Sequência:

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA – 6ª REGIÃO CREFONO-6

CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR

CARGO 100: ANALISTA / FISCAL

Provas Objetivas e Prova Discursiva

INSTRUÇÕES

- Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas.
- Verifique atentamente se este caderno de provas corresponde ao cargo de sua inscrição e se contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada uma, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao chefe de sala que tome as medidas cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.

Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

“A boca do justo profere sabedoria”

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização das provas. Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à entrega do material, à identificação – que será feita no decorrer das provas – e ao preenchimento da **folha de respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva **folha de texto definitivo**.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta.
- É proibido fazer anotações de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio que não os permitidos.
- Somente após decorrida **1 (uma) hora** do início das provas, você poderá entregar sua folha de respostas, sua folha de texto definitivo e este caderno de provas e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este caderno de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** do tempo destinado à realização das provas.
- Não se comunique com outros candidatos e nem se levante sem a autorização do chefe de sala.
- Ao terminar as provas, chame o chefe de sala, devolva-lhe sua **folha de respostas** e sua **folha de texto definitivo** devidamente assinadas e deixe o local de provas.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente **caderno**, na **folha de respostas** ou na **folha de texto definitivo** poderá implicar a anulação das suas provas.

- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Mais informações: contato@institutoibest.com.br | Canal Telegram: @institutoibest

QUESTÃO 12

Ao acessar um site na internet, como uma página de notícias, o computador do usuário envia uma solicitação e recebe as informações necessárias para exibir o conteúdo na tela. Esse processo envolve a divisão dos dados em pequenas partes que são enviadas pela rede e reorganizadas corretamente no destino, garantindo que a página seja carregada de forma completa e sem erros.

Considerando esse funcionamento básico das redes de computadores, especialmente no Modelo TCP/IP, o tipo de protocolo responsável por garantir que os dados cheguem corretamente ao destino é o

- (A) HTTP
- (B) IP
- (C) DNS
- (D) TCP
- (E) FTP

QUESTÃO 13

Em uma análise de dados realizada por uma organização, diferentes tipos de métricas são utilizados para compreender melhor os resultados. Em um dos relatórios, foram apresentados valores como média de vendas mensais, total de atendimentos realizados e porcentagem de satisfação dos clientes. Esses valores são obtidos a partir de operações matemáticas aplicadas sobre os dados coletados, permitindo resumir e avaliar o desempenho de forma quantitativa.

Considerando os tipos de métricas utilizados em dados, assinale a alternativa que identifica corretamente a classificação dessas métricas.

- (A) Métricas qualitativas
- (B) Métricas descritivas
- (C) Métricas categóricas
- (D) Métricas preditivas
- (E) Métricas dimensionais

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa que representa corretamente uma prática de governança da informação.

- (A) Definição de regras para acesso e uso da informação.
- (B) Execução de cálculos estatísticos avançados.
- (C) Armazenamento de dados em nuvem.
- (D) Desenvolvimento de sistemas computacionais.
- (E) Processamento automático de grandes volumes de dados.

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa que contém uma funcionalidade do Power BI.

- (A) Execução de sistemas operacionais.
- (B) Desenvolvimento de linguagens de programação.
- (C) Gerenciamento de redes de computadores.
- (D) Controle de acesso a hardware físico.
- (E) Criação de dashboards interativos.

QUESTÃO 16

Em uma fruteira, há 16 maçãs, sendo 10 vermelhas e 6 verdes. Duas dessas maçãs serão retiradas ao acaso, uma após a outra, sem reposição. Nessas condições, assinale a alternativa que apresenta a probabilidade de as duas maçãs retiradas serem de cores diferentes.

- (A) 20%
- (B) 35%
- (C) 50%
- (D) 65%
- (E) 80%

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa que apresenta a negação lógica da proposição "Todos os coelhos gostam de cenoura".

- (A) Nenhum coelho gosta de cenoura.
- (B) Pelo menos um coelho não gosta de cenoura.
- (C) Todos os coelhos não gostam de cenoura.
- (D) Alguns coelhos gostam de cenoura.
- (E) Pelo menos um coelho gosta de cenoura.

QUESTÃO 18

Em um centro comunitário, foi realizada uma pesquisa com 72 pessoas sobre a participação em duas oficinas, uma de pintura e outra de fotografia. Verificou-se que 28 pessoas participavam da oficina de pintura, 41 da oficina de fotografia e 54 de pelo menos uma dessas oficinas. Nessas condições, assinale a alternativa que apresenta a quantidade de pessoas que participavam das duas oficinas.

- (A) 9
- (B) 11
- (C) 13
- (D) 15
- (E) 17

QUESTÃO 19

Em um prédio comercial, será realizado o serviço de lavagem das janelas externas. Para organizar o orçamento, a administração registrou, em uma matriz, a quantidade de janelas a serem lavadas em cada pavimento e em cada fachada do edifício:

$$A = \begin{pmatrix} 4 & 3 & 5 & 2 \\ 6 & 4 & 3 & 5 \\ 2 & 3 & 4 & 1 \end{pmatrix}$$

Nessa matriz, as linhas representam, respectivamente, o 1.º, o 2.º e o 3.º pavimento do prédio, enquanto as colunas representam, nessa ordem, as fachadas norte, sul, leste e oeste. O custo de lavagem de cada janela é de R\$ 20,00 no 1.º pavimento, de R\$ 30,00 no 2.º pavimento e de R\$ 45,00 no 3.º pavimento, em razão da dificuldade de acesso. Além disso, a empresa cobrará uma taxa fixa de deslocamento de R\$ 160,00. Nessas condições, assinale a alternativa que apresenta o custo total desse serviço.

- (A) R\$ 1.210,00
- (B) R\$ 1.270,00
- (C) R\$ 1.350,00
- (D) R\$ 1.390,00
- (E) R\$ 1.430,00

QUESTÃO 20

Considerando que a proposição “Jorge é amado se, e somente se, Rui é belo” é verdadeira e que a proposição “Jorge é amado e Rui é belo” é falsa, assinale a alternativa que apresenta uma proposição verdadeira.

- (A) Se Jorge é amado, então Rui não é belo.
- (B) Se Jorge não é amado, então Rui é belo.
- (C) Se Rui não é belo, então Jorge é amado.
- (D) Jorge é amado ou Rui é belo.
- (E) Jorge é amado se, e somente se, Rui não é belo.

RASCUNHO

QUESTÃO 24

A Lei n.º 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei n.º 14.230/2021, estabelece as sanções aplicáveis aos atos de improbidade administrativa e disciplina aspectos do regime sancionatório. A Constituição Federal, por sua vez, contém regra específica sobre a prescritebilidade das ações de ressarcimento ao erário. Acerca do sistema de sanções previsto no art. 12 da Lei n.º 8.429/1992 e da regra constitucional sobre ressarcimento ao erário, assinale a alternativa correta.

- (A) As sanções do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992 devem ser aplicadas de forma obrigatoriamente cumulativa — multa civil, suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público —, não sendo admitida a imposição isolada de apenas algumas delas.
- (B) A pretensão de ressarcimento ao erário está sujeita ao mesmo prazo prescricional de oito anos estabelecido para a ação de improbidade, sem qualquer distinção em razão da natureza dolosa ou culposa da conduta — distinção esta que, aliás, deixou de existir com a Lei n.º 14.230/2021.
- (C) Após a Lei n.º 14.230/2021, a condenação por improbidade administrativa somente pode incluir a multa civil se houver comprovação de enriquecimento ilícito do agente, sendo vedada sua aplicação nos casos em que o ato causou apenas lesão ao erário sem benefício pessoal.
- (D) As sanções cominadas no art. 12 da Lei n.º 8.429/1992 podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, segundo a gravidade do fato e os critérios previstos na lei; e, nos termos do § 5º do art. 37 da Constituição Federal, a ação de ressarcimento ao erário decorrente de ato doloso de improbidade é imprescritível.
- (E) A Lei n.º 14.230/2021 revogou a sanção de suspensão de direitos políticos para os atos do art. 11 — que atentam contra princípios da administração —, reservando-a apenas para os atos de enriquecimento ilícito e de lesão ao erário.

QUESTÃO 25

A distinção entre ética e moral é tema central para a compreensão dos fundamentos do serviço público e do exercício responsável da função administrativa. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a relação entre esses conceitos no contexto da ética pública.

- (A) Ética e moral são conceitos idênticos e intercambiáveis, referindo-se ambos ao conjunto de normas jurídicas que regulam a conduta dos agentes públicos no exercício de suas funções.
- (B) A moral é uma disciplina filosófica que estuda os princípios éticos em abstrato, enquanto a ética é o conjunto de costumes e práticas efetivamente adotados por uma determinada sociedade ou grupo profissional.
- (C) A moral refere-se ao conjunto de valores, costumes e normas de conduta internalizados por uma pessoa ou grupo social, enquanto a ética consiste na reflexão filosófica sobre esses valores e sobre o que deve ou não ser feito — relação que, no contexto do serviço público, orienta a conduta do agente além do mero cumprimento formal da lei.
- (D) No contexto da administração pública, a ética se sobrepõe ao ordenamento jurídico, de modo que o agente público pode deixar de cumprir norma legal que considere eticamente inadequada, desde que fundamente sua decisão em princípios morais reconhecidos.
- (E) Ética e moral dizem respeito exclusivamente à vida privada dos indivíduos, não sendo possível transpor seus conceitos para o ambiente do serviço público, que é regido unicamente por normas jurídicas positivadas.

QUESTÃO 26

Considerando a legislação aplicada à Fonoaudiologia, especialmente a Lei n.º 6.965/1981, o Código de Ética e as políticas públicas do SUS, assinale a alternativa correta.

- (A) A atuação do fonoaudiólogo no SUS está prevista em políticas públicas como RAPS e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.
- (B) O exercício da profissão independe de registro no Conselho Regional de Fonoaudiologia.
- (C) A Lei n.º 6.965/1981 não trata da regulamentação da profissão.
- (D) O Código de Ética possui caráter apenas orientativo, sem força normativa.
- (E) A atuação do fonoaudiólogo restringe-se ao atendimento clínico individual.

QUESTÃO 27

Uma sociedade empresária que presta serviços fonoaudiológicos possui matriz e filiais em diferentes unidades da Federação. Em fiscalização, verificou-se que a empresa exerce atividade básica ligada à Fonoaudiologia, mantém responsável técnico regularmente inscrito, mas uma de suas filiais exibe certificado vencido e outra filial, localizada em jurisdição distinta da matriz, sustenta que não precisaria recolher anuidade própria por já integrar a mesma pessoa jurídica. À luz da Resolução CFFa n.º 583/2020, assinale a alternativa correta.

- (A) A inscrição da pessoa jurídica é facultativa, desde que haja responsável técnico regularmente inscrito no Conselho Regional de Fonoaudiologia.
- (B) A filial localizada em jurisdição distinta da matriz está dispensada de inscrição própria, pois a personalidade jurídica é una e o registro da matriz aproveita automaticamente às demais unidades.
- (C) A pessoa jurídica somente se sujeita à inscrição no Conselho Regional de Fonoaudiologia quando o serviço fonoaudiológico for acessório, e não quando constituir atividade básica ou preponderante.
- (D) A exploração da atividade profissional da Fonoaudiologia por pessoa jurídica exige inscrição correspondente, e a filial inscrita na modalidade registro, situada em jurisdição distinta da matriz, sujeita-se à disciplina de anuidade proporcional ao capital social destacado no ato constitutivo; além disso, o certificado deve estar atualizado e em vigor.
- (E) O certificado de inscrição da pessoa jurídica tem validade por prazo indeterminado, razão pela qual sua exibição vencida não caracteriza irregularidade material.

QUESTÃO 28

Um profissional recém-formado em Fonoaudiologia inicia suas atividades em clínica privada sem ter realizado seu registro no Conselho Regional competente, alegando que já possui diploma devidamente reconhecido e que o registro seria apenas uma formalidade administrativa. Com base no Decreto n.º 87.218/1982, que regulamenta a Lei n.º 6.965/1981, assinale a alternativa correta.

- (A) O exercício da profissão de fonoaudiólogo é permitido mediante apresentação de diploma reconhecido, sendo o registro no Conselho Regional facultativo.
- (B) O registro no Conselho Regional de Fonoaudiologia é exigido apenas para atuação no serviço público, sendo dispensado na iniciativa privada.
- (C) O exercício da profissão de fonoaudiólogo é privativo dos portadores de diploma, sendo também obrigatório o registro no Conselho Regional competente.
- (D) O profissional pode iniciar suas atividades e providenciar o registro posteriormente, desde que o faça no prazo de até 90 dias.
- (E) O registro profissional é exigido apenas para funções de responsabilidade técnica, não sendo necessário para o exercício clínico individual.

QUESTÃO 29

Durante fiscalização realizada pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia, foi constatada possível infração ética praticada por profissional regularmente inscrito. Diante disso, instaurou-se processo disciplinar para apuração dos fatos. Utilizando o Código de Processo Disciplinar da Fonoaudiologia, assinale a alternativa correta.

- (A) A instauração do processo disciplinar depende exclusivamente de denúncia formal apresentada por terceiro identificado, sendo vedada a atuação de ofício pelo Conselho.
- (B) O profissional investigado não possui direito ao contraditório e à ampla defesa na fase inicial do processo disciplinar.
- (C) O processo disciplinar pode ser instaurado de ofício ou mediante denúncia, sendo assegurados ao profissional o contraditório e a ampla defesa durante sua tramitação.
- (D) As decisões proferidas no processo disciplinar são irrecorríveis, tendo em vista o caráter administrativo do procedimento.
- (E) O processo disciplinar tem natureza exclusivamente punitiva, não se prestando à apuração de fatos ou à garantia de direitos do profissional.

QUESTÃO 30

Uma empresa que possui funcionários expostos a ruído ocupacional contrata serviços de saúde para acompanhamento periódico dos trabalhadores. O profissional responsável organiza exames clínicos e complementares, com foco na prevenção de agravos à saúde relacionados ao trabalho. A NR 7 do Ministério do Trabalho (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO), dispõe que o(a)

- (A) PCMSO tem caráter exclusivamente administrativo, não sendo obrigatório para empresas que terceirizam serviços de saúde ocupacional.
- (B) PCMSO tem como objetivo a promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, devendo incluir a realização de exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais.
- (C) realização de exames médicos ocupacionais é facultativa, sendo exigida apenas em casos de acidentes de trabalho.
- (D) PCMSO é voltado exclusivamente à identificação de doenças já instaladas, não abrangendo ações preventivas.
- (E) elaboração do PCMSO é de responsabilidade exclusiva do empregado, que deve buscar acompanhamento médico por conta própria.

QUESTÃO 31

Em uma maternidade privada, um recém-nascido recebeu alta hospitalar sem a realização do exame de Emissões Otoacústicas Evocadas (EOA). Ao ser questionada, a equipe informou que o exame poderia ser realizado posteriormente em outro serviço, não sendo obrigatório no momento da alta. Assinale a alternativa correta, com base na Lei n.º 12.303/2010.

- (A) A realização do exame de Emissões Otoacústicas Evocadas é facultativa, devendo ser indicada apenas em casos de suspeita de deficiência auditiva.
- (B) A obrigatoriedade do exame restringe-se às maternidades públicas, não alcançando estabelecimentos privados de saúde.
- (C) O exame de Emissões Otoacústicas Evocadas deve ser realizado em todos os recém-nascidos, preferencialmente antes da alta hospitalar, como forma de triagem auditiva neonatal.
- (D) A realização do exame é obrigatória apenas para recém-nascidos com fatores de risco para perda auditiva.
- (E) A Lei n.º 12.303/2010 estabelece a obrigatoriedade do tratamento da perda auditiva, mas não trata da realização de exames de triagem neonatal.

QUESTÃO 32

Um hospital público pretende incorporar um novo equipamento tecnológico para diagnóstico e tratamento fonoaudiológico no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A direção da unidade argumenta que, por se tratar de inovação benéfica, a incorporação pode ser realizada diretamente, sem necessidade de análise prévia por instâncias específicas do sistema. À luz da Lei n.º 12.401/2011, assinale a alternativa correta.

- (A) A incorporação de tecnologias em saúde no SUS pode ser realizada diretamente pelos serviços de saúde, desde que haja comprovação de benefício clínico.
- (B) A assistência terapêutica no SUS é restrita aos medicamentos, não abrangendo procedimentos e tecnologias diagnósticas.
- (C) A incorporação de tecnologias no SUS depende de processo administrativo que considera evidências científicas sobre eficácia, segurança e custo-efetividade.
- (D) A Lei n.º 12.401/2011 estabelece que cada ente federativo pode incorporar tecnologias de forma independente, sem necessidade de padronização nacional.
- (E) A incorporação de novas tecnologias no SUS é proibida quando já existirem alternativas terapêuticas disponíveis, ainda que menos eficazes.

QUESTÃO 33

No âmbito da implementação do Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto n.º 6.286/2007, um município estruturou ações voltadas à promoção da saúde de estudantes da rede pública. Durante auditoria, verificou-se que as atividades estavam sendo conduzidas exclusivamente pela Secretaria de Saúde, sem participação formal da área da educação, e com foco apenas em atendimentos clínicos pontuais. Assim sendo, é correto afirmar que

- (A) o PSE caracteriza-se como programa de natureza exclusivamente assistencial, centrado em atendimentos clínicos realizados por profissionais de saúde no ambiente escolar.
- (B) A execução do PSE compete unicamente ao setor saúde, cabendo à educação apenas a cessão do espaço físico das escolas.
- (C) o PSE tem como diretriz a articulação intersetorial entre saúde e educação, contemplando ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, devendo integrar-se ao projeto pedagógico das escolas.
- (D) a adesão ao PSE é automática para todos os municípios que integram o SUS, independentemente de pactuação entre gestores locais.
- (E) as ações do PSE restringem-se à identificação de agravos já instalados, não incluindo atividades educativas ou de promoção da saúde.

QUESTÃO 34

A Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), instituída pelo Decreto n.º 7.602/2011, estabelece diretrizes para a proteção da saúde do trabalhador no Brasil. Assinale a alternativa que contempla esse decreto.

- (A) A PNSST tem como foco exclusivo a reparação de danos à saúde do trabalhador após a ocorrência de acidentes de trabalho.
- (B) A PNSST estabelece diretrizes voltadas à promoção da saúde e à prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.
- (C) A PNSST aplica-se apenas aos trabalhadores do setor público, não abrangendo trabalhadores da iniciativa privada.
- (D) A implementação da PNSST é de responsabilidade exclusiva do Ministério da Saúde, sem participação de outros órgãos.
- (E) A PNSST não contempla ações de vigilância em saúde do trabalhador, limitando-se à assistência médica.

QUESTÃO 35

No processo de organização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria GM/MS n.º 3.088/2011, um gestor municipal busca estruturar a rede de forma adequada às diretrizes do SUS, incluindo diferentes pontos de atenção para atendimento de pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Assinale a alternativa correta.

- (A) A RAPS é composta por diferentes pontos de atenção, incluindo atenção básica, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), serviços de urgência e emergência, atenção hospitalar e estratégias de reabilitação psicossocial, articulados em rede.
- (B) A RAPS prioriza a internação hospitalar como principal estratégia de cuidado, sendo os serviços comunitários de caráter complementar.
- (C) Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) possuem atuação restrita ao atendimento ambulatorial, sem função estratégica na organização da rede.
- (D) A RAPS destina-se exclusivamente a pessoas com transtornos mentais graves, não abrangendo usuários de álcool e outras drogas.
- (E) A organização da RAPS prescinde da articulação com a atenção básica, por se tratar de rede especializada.

QUESTÃO 36

Um município, ao organizar a atenção à pessoa com deficiência no âmbito do SUS, estruturou seus serviços priorizando apenas atendimentos especializados em centros de reabilitação, sem articulação com a atenção básica e sem integração com outras políticas públicas. Considerando a Portaria GM/MS n.º 793/2012, assinale a alternativa correta.

- (A) A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência organiza-se prioritariamente em serviços especializados, sendo facultativa a articulação com a atenção básica.
- (B) A atenção à pessoa com deficiência no SUS restringe-se às ações de reabilitação, não abrangendo promoção e prevenção.
- (C) A organização da rede dispensa integração com outras políticas públicas, desde que os serviços de saúde estejam estruturados.
- (D) A atenção à pessoa com deficiência deve ocorrer exclusivamente em centros especializados, sendo vedada sua descentralização para outros níveis de atenção.
- (E) A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência deve ser organizada de forma articulada entre diferentes pontos de atenção, incluindo ações de promoção, prevenção, habilitação e reabilitação, com integração entre níveis de atenção e intersetorialidade.

QUESTÃO 37

Um fonoaudiólogo que atua em unidade neonatal de hospital público participa do cuidado de recém-nascidos graves, especialmente na avaliação e no manejo de funções orais e alimentação. Ao analisar a organização do serviço, observa que não há integração com a rede após a alta e que as práticas de humanização são adotadas de forma irregular. Utilizando a Portaria GM/MS n.º 930/2012, como referência, assinale a alternativa correta.

- (A) A atuação do fonoaudiólogo na unidade neonatal deve restringir-se ao período de internação, não sendo necessária articulação com o acompanhamento após a alta.
- (B) As ações fonoaudiológicas na unidade neonatal são de caráter opcional, não integrando a organização da atenção ao recém-nascido grave no SUS.
- (C) A organização da atenção neonatal prescinde de práticas de humanização, priorizando exclusivamente a estabilização clínica do recém-nascido.
- (D) A atenção ao recém-nascido grave ou potencialmente grave deve ser organizada de forma integral e humanizada, com articulação em rede e continuidade do cuidado, incluindo a atuação multiprofissional, na qual se insere o fonoaudiólogo.
- (E) A atuação do fonoaudiólogo na unidade neonatal deve ocorrer exclusivamente mediante encaminhamento médico formal, não sendo parte integrante da equipe multiprofissional.

QUESTÃO 38

Um fonoaudiólogo pretende abrir um consultório em um estabelecimento assistencial de saúde e busca adequar o espaço físico às normas sanitárias vigentes, garantindo condições adequadas de funcionamento. Seguindo a Resolução ANVISA RDC n.º 50/2002, assinale a alternativa correta.

- (A) A RDC n.º 50/2002 estabelece diretrizes para o planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.
- (B) A RDC n.º 50/2002 regula exclusivamente os aspectos clínicos do atendimento em saúde, não abrangendo a estrutura física dos serviços.
- (C) A adequação do espaço físico em serviços de saúde é facultativa, ficando a critério do profissional responsável.
- (D) A RDC n.º 50/2002 aplica-se apenas a hospitais de grande porte, não abrangendo consultórios e clínicas.
- (E) As normas de estrutura física previstas na RDC n.º 50/2002 são meramente orientativas, não sendo exigidas para funcionamento de serviços de saúde.

QUESTÃO 39

Um serviço de atenção domiciliar vinculado ao SUS organiza o acompanhamento de pacientes com limitações funcionais, incluindo usuários com necessidade de intervenção fonoaudiológica. Durante auditoria, verificou-se que o serviço não possuía equipe multiprofissional estruturada nem plano de cuidado formalizado. Sob a perspectiva da Resolução ANVISA RDC n.º 11/2006, assinale a alternativa correta.

- (A) A atenção domiciliar pode ser prestada de forma eventual, sem necessidade de organização formal ou definição de equipe de referência.
- (B) Os serviços de atenção domiciliar devem possuir equipe multiprofissional e plano de assistência individualizado, garantindo continuidade e integralidade do cuidado ao paciente.
- (C) A atenção domiciliar restringe-se a cuidados básicos, não abrangendo intervenções especializadas como a fonoaudiologia.
- (D) A prestação de serviços de atenção domiciliar independe de critérios técnicos e pode ser organizada livremente por cada instituição.
- (E) A atenção domiciliar substitui integralmente a necessidade de articulação com outros pontos da rede de atenção à saúde.

QUESTÃO 40

Em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de hospital de alta complexidade, durante processo de acreditação, foram identificadas inconsistências na organização assistencial, especialmente quanto à composição da equipe, à sistematização do cuidado e aos requisitos estruturais mínimos exigidos para funcionamento do serviço. Entre os pontos analisados, discutiu-se a atuação multiprofissional, incluindo a participação do fonoaudiólogo no manejo de pacientes críticos. Tendo como base a Resolução ANVISA RDC n.º 07/2010, assinale a alternativa correta.

- (A) A RDC n.º 07/2010 estabelece apenas critérios estruturais para funcionamento das UTIs, não disciplinando aspectos relacionados à organização assistencial ou à equipe multiprofissional.
- (B) A composição da equipe da UTI pode ser definida livremente pela instituição, desde que haja médico responsável, não sendo exigida padronização quanto a outros profissionais.
- (C) A atuação de profissionais não médicos na UTI, como o fonoaudiólogo, depende exclusivamente de solicitação individual, não integrando a organização assistencial do serviço.
- (D) Os requisitos da RDC n.º 07/2010 aplicam-se apenas às UTIs públicas, não abrangendo unidades privadas ou conveniadas.
- (E) A RDC n.º 07/2010 estabelece requisitos mínimos estruturais, organizacionais e assistenciais para funcionamento das UTIs, incluindo a necessidade de equipe multiprofissional qualificada, protocolos assistenciais e garantia de cuidado contínuo e seguro ao paciente crítico.

QUESTÃO 41

Um paciente com diagnóstico de distúrbio de linguagem busca atendimento fonoaudiológico por meio de seu plano privado de assistência à saúde. A operadora nega a cobertura do tratamento sob o argumento de que procedimentos fonoaudiológicos não integram obrigatoriamente a cobertura assistencial mínima. A respeito da Resolução Normativa ANS n.º 167/2007, assinale a alternativa correta.

- (A) A cobertura de procedimentos fonoaudiológicos nos planos de saúde é facultativa, dependendo exclusivamente do contrato firmado entre as partes.
- (B) O rol de procedimentos da ANS possui caráter meramente exemplificativo, não servindo como referência para cobertura assistencial mínima.
- (C) A assistência à saúde nos planos privados restringe-se a procedimentos médicos, não abrangendo intervenções multiprofissionais como a fonoaudiologia.
- (D) O rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS constitui referência básica para cobertura assistencial mínima, podendo incluir procedimentos fonoaudiológicos quando indicados, conforme diretrizes de atenção à saúde.
- (E) A cobertura de procedimentos em saúde suplementar independe de regulamentação da ANS, sendo definida exclusivamente pelas operadoras.

QUESTÃO 42

Um fonoaudiólogo do trabalho realiza avaliação audiológica periódica em trabalhadores expostos a níveis elevados de pressão sonora. Ao analisar os exames, identifica entalhe audiométrico bilateral em altas frequências, sem queixas iniciais significativas por parte do trabalhador. Durante discussão com a equipe, surgem dúvidas sobre a caracterização e condução dos casos de Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR). Tendo em vista o Protocolo de Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR), Ministério da Saúde, 2006, assinale a alternativa correta.

- (A) A PAIR apresenta evolução rápida e reversível após cessação da exposição ao ruído ocupacional.
- (B) A perda auditiva na PAIR acomete inicialmente as frequências graves, progredindo posteriormente para as frequências agudas.
- (C) A presença de sintomas auditivos é indispensável para o diagnóstico de PAIR, sendo o exame audiométrico complementar.
- (D) A PAIR caracteriza-se por acometimento unilateral predominante, sendo incomum o envolvimento bilateral simétrico.
- (E) A PAIR caracteriza-se por perda auditiva neurosensorial, geralmente bilateral e irreversível, com início típico em altas frequências, podendo evoluir progressivamente com a manutenção da exposição ao ruído.

QUESTÃO 43

Uma clínica que oferece serviços fonoaudiológicos inicia suas atividades sem realizar registro no Conselho Regional de Fonoaudiologia, sob o argumento de que já possui registro na Junta Comercial e alvará de funcionamento municipal. A Lei n.º 6.839/1980, dispõe que

- (A) o registro de empresas nos conselhos profissionais é obrigatório quando a atividade básica ou a natureza dos serviços prestados estiver relacionada ao exercício de profissão regulamentada.
- (B) o registro em conselho profissional é facultativo para pessoas jurídicas, sendo exigido apenas para profissionais pessoas físicas.
- (C) o registro da empresa na Junta Comercial substitui a necessidade de inscrição em conselho profissional.
- (D) apenas empresas de grande porte estão obrigadas ao registro nos conselhos profissionais, sendo dispensadas as clínicas de pequeno porte.
- (E) o registro em conselho profissional é exigido apenas quando a empresa atua exclusivamente com profissionais empregados.

QUESTÃO 44

Um fonoaudiólogo que atua em serviço de saúde do trabalhador participa da vigilância de agravos relacionados ao trabalho, incluindo alterações auditivas decorrentes da exposição a ruído. Durante reunião de equipe, discute-se a organização das ações voltadas à saúde do trabalhador no SUS. Tendo como referência a Portaria GM/MS n.º 1.823/2012, assinale a alternativa correta.

- (A) As ações de saúde do trabalhador no SUS restringem-se ao tratamento de doenças já instaladas, não abrangendo vigilância e prevenção.
- (B) A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora prevê ações de promoção, proteção, recuperação da saúde e vigilância dos agravos relacionados ao trabalho, articuladas no âmbito do SUS.
- (C) A atuação em saúde do trabalhador é exclusiva de serviços especializados, não sendo atribuição da atenção básica.
- (D) A política não contempla a integração com outros setores, limitando-se às ações internas do sistema de saúde.
- (E) A vigilância em saúde do trabalhador é facultativa, podendo ser realizada apenas em casos de notificação compulsória.

QUESTÃO 45

Uma empresa com trabalhadores expostos a níveis elevados de ruído implementa medidas de monitoramento auditivo ocupacional, incluindo exames periódicos, com o objetivo de prevenir perdas auditivas relacionadas ao trabalho. Com base na Portaria n.º 19/1998 do Ministério do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O monitoramento auditivo ocupacional é facultativo, devendo ser realizado apenas quando houver queixa do trabalhador.
- (B) A realização de exames audiológicos é restrita ao momento da admissão do trabalhador.
- (C) A avaliação auditiva deve ocorrer apenas em casos de suspeita clínica de perda auditiva.
- (D) A proteção auditiva no ambiente de trabalho é responsabilidade exclusiva do trabalhador.
- (E) A Portaria estabelece a necessidade de realização de monitoramento auditivo ocupacional por meio de exames audiométricos periódicos em trabalhadores expostos a níveis elevados de ruído.

QUESTÃO 46

Um fonoaudiólogo que atua em hospital público de alta complexidade participa simultaneamente de três frentes assistenciais:

- I acompanhamento de recém-nascidos em unidade neonatal;
- II manejo de pacientes críticos em UTI; e
- III monitoramento de trabalhadores expostos a ruído ocupacional vinculados ao serviço.

Durante auditoria, foram identificadas inconsistências relacionadas à organização do cuidado, à integração em rede e ao cumprimento de protocolos assistenciais. Considerando a Portaria GM/MS n.º 930/2012, a Resolução ANVISA RDC n.º 07/2010 e o Protocolo de Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR, 2006), assinale a alternativa correta.

- (A) A organização do cuidado neonatal e em UTI pode ocorrer de forma independente da rede de atenção à saúde, desde que haja infraestrutura adequada, sendo a vigilância em saúde do trabalhador atividade secundária e facultativa.
- (B) A atuação do fonoaudiólogo em unidade neonatal e em UTI é de caráter complementar, não integrando formalmente a equipe multiprofissional, enquanto a vigilância auditiva ocupacional depende exclusivamente de manifestação clínica do trabalhador.
- (C) A atenção ao recém-nascido grave deve restringir-se ao ambiente hospitalar, enquanto a organização da UTI limita-se aos aspectos estruturais, sendo a PAIR caracterizada como condição reversível após cessação da exposição.
- (D) A organização da atenção neonatal e da UTI deve observar princípios de integralidade, continuidade do cuidado e atuação multiprofissional, com articulação em rede, enquanto a vigilância da saúde auditiva do trabalhador, conforme o protocolo de PAIR, baseia-se em monitoramento audiométrico periódico e identificação precoce de alterações, mesmo na ausência de sintomas.
- (E) A atuação em UTI e unidade neonatal pode prescindir de protocolos assistenciais formais, desde que haja avaliação clínica individualizada, sendo a PAIR caracterizada por acometimento unilateral e evolução predominantemente aguda.

QUESTÃO 47

Durante procedimento de fiscalização, o Conselho Regional de Fonoaudiologia identificou que determinado profissional vinha exercendo suas atividades em desacordo com normas atualizadas do Conselho Federal de Fonoaudiologia, especialmente quanto à organização de sua atuação e cumprimento de exigências normativas aplicáveis ao exercício profissional. Considerando a Resolução CFFa n.º 587/2020, assinale a alternativa correta.

- (A) As resoluções do Conselho Federal de Fonoaudiologia possuem caráter normativo e regulamentador, devendo ser observadas pelos profissionais no exercício da atividade, inclusive quanto à organização da prática profissional e cumprimento de exigências técnicas e administrativas.
- (B) As normas expedidas pelo CFFa possuem caráter meramente orientativo, cabendo ao profissional decidir sua aplicação conforme conveniência.
- (C) O descumprimento de resoluções do CFFa não configura infração ética, desde que não haja dano direto ao paciente.
- (D) A atuação profissional pode ser organizada livremente pelo fonoaudiólogo, independentemente das normativas do CFFa, desde que respeitada a legislação federal.
- (E) As resoluções do CFFa aplicam-se apenas às pessoas jurídicas, não alcançando profissionais autônomos.

QUESTÃO 48

Um fonoaudiólogo, ao organizar sua prática profissional, questiona a obrigatoriedade de observância das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia, alegando que sua autonomia técnica permitiria definir livremente seus critérios de atuação, inclusive quanto à padronização de condutas e registros. À luz da Resolução CFFa n.º 609/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) A autonomia profissional permite ao fonoaudiólogo afastar integralmente a aplicação das normativas do CFFa, desde que haja justificativa técnica.
- (B) A autonomia técnica do fonoaudiólogo deve ser exercida em conformidade com as normativas do CFFa, não afastando a obrigatoriedade de observância das diretrizes estabelecidas para o exercício profissional.
- (C) As normativas do CFFa aplicam-se apenas às instituições de saúde, não alcançando profissionais autônomos.
- (D) A padronização de condutas profissionais é facultativa, podendo ser definida livremente pelo fonoaudiólogo.
- (E) As resoluções do CFFa possuem caráter apenas orientativo, sem força normativa obrigatória.

QUESTÃO 49

Durante sua atuação profissional, um fonoaudiólogo busca adequar suas práticas às normativas vigentes do Conselho Federal de Fonoaudiologia, considerando as atualizações trazidas pelas resoluções mais recentes. Considerando a Resolução CFFa n.º 645/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) As resoluções do CFFa possuem caráter facultativo, podendo ser adotadas conforme a conveniência do profissional.
- (B) As normativas do CFFa aplicam-se apenas a serviços públicos de saúde, não alcançando a atuação privada.
- (C) O cumprimento das resoluções do CFFa é exigido apenas em situações de fiscalização formal.
- (D) As resoluções do CFFa estabelecem normas obrigatórias para o exercício profissional, devendo ser observadas pelos fonoaudiólogos em sua prática.
- (E) A autonomia profissional permite o descumprimento das resoluções, desde que não haja prejuízo ao paciente.

QUESTÃO 50

Durante atividade fiscalizatória, o Conselho Regional de Fonoaudiologia identificou inconsistências na organização documental e no cumprimento de exigências atualizadas relativas ao exercício profissional por parte de uma clínica fonoaudiológica. Ao analisar a situação, considerou-se a aplicação das normas mais recentes do Conselho Federal de Fonoaudiologia. Na perspectiva da Resolução CFFa n.º 777/2025, é correto afirmar que

- (A) as normas do CFFa possuem caráter orientativo, podendo ser flexibilizadas conforme a realidade do serviço.
- (B) a aplicação das resoluções do CFFa depende de regulamentação específica de cada Conselho Regional.
- (C) as exigências normativas aplicam-se apenas aos profissionais, não alcançando pessoas jurídicas.
- (D) o cumprimento das normas do CFFa é exigido apenas em situações de fiscalização formal.
- (E) as normativas do CFFa devem ser observadas por profissionais e pessoas jurídicas no exercício da Fonoaudiologia, incluindo aspectos técnicos, éticos e administrativos, sob pena de responsabilização.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A atuação do fonoaudiólogo no Brasil é regulamentada por um conjunto de normas legais e éticas que visam garantir a qualidade dos serviços prestados, a proteção do usuário e a valorização da profissão. Nesse contexto, o Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa), por meio de resoluções e do Código de Ética, estabelece diretrizes para o exercício profissional, incluindo aspectos relacionados à responsabilidade técnica, atuação em serviços de saúde e cumprimento de políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Além disso, legislações como a Lei n.º 6.965/1981, que regulamenta a profissão e normativas relacionadas à saúde pública, como a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e a Rede de Atenção Psicossocial, ampliam o campo de atuação do fonoaudiólogo, exigindo desse profissional conhecimento técnico, ético e legal integrado.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

A responsabilidade ética e legal do fonoaudiólogo no exercício profissional no contexto das políticas públicas de saúde no Brasil.

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) o papel das normativas do CFFa e do Código de Ética na regulamentação da atuação profissional; **(2.00 pontos)**
- b) a inserção do fonoaudiólogo nas políticas públicas de saúde; **(2.00 pontos)**
- c) as implicações éticas e legais decorrentes do descumprimento das normas profissionais; **(2.00 pontos)**
- d) o conhecimento técnico do fonoaudiólogo. **(2.00 pontos)**

RASCUNHO PARA A PROVA DISCURSIVA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



**ACOMPANHE O IBEST
NAS REDES SOCIAIS**



institutoibest



institutoibest



institutoibest